



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA
INSTITUTO DE ENGENHARIA E GEOCIÊNCIAS – IEG
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

CLAUDIANA SOUSA LÍRIO

FORTALECIMENTO DA CATRAPOVOS PARÁ NO TAPAJÓS: A EXTENSÃO

**UNIVERSITÁRIA ATUANDO NA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA
ALIMENTAR, SOCIOBIODIVERSIDADE E GERAÇÃO DE RENDA**

SANTARÉM

2023

CLAUDIANA SOUSA LÍRIO

**FORTALECIMENTO DA CATRAPOVOS PARÁ NO TAPAJÓS: A EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA ATUANDO NA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA
ALIMENTAR, SOCIOBIODIVERSIDADE E GERAÇÃO DE RENDA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia para obtenção do grau de Bacharel em Ciência e Tecnologia na Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Engenharia e Geociências.

Orientador: Raoni Fernandes Azeredo

SANTARÉM

2023

Fortalecimento da Catrapovos Pará no Tapajós: a extensão universitária atuando na promoção da segurança alimentar, sociobiodiversidade e geração de renda

Claudiana Sousa Lírio
Júlia Maria Paiva Costa
Giselle Alves Silva
Andressa Caroline de Resende Neves
Herena Neves Maués Corrêa de Melo
Raoni Fernandes Azeredo

Palavras-chave: Catrapovos. Alimentação Escolar. Agricultura Familiar. Comunidades Tradicionais e Indígenas.

Criado no ano de 1955, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é a política pública brasileira mais antiga voltada para a alimentação escolar no país. Financiado em parte com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o PNAE tem como objetivos a formação de hábitos alimentares, a melhoria na aprendizagem e rendimento escolar, a contribuição para o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, apoiar o desenvolvimento sustentável, contribuir para a geração de emprego e renda e na redução do índice de evasão escolar.

Ao longo dos anos, mudanças importantes foram incorporadas na execução do PNAE, necessárias ao seu aperfeiçoamento, tendo destaque a Lei nº 11.947/2009 que inovou ao estabelecer em seu artigo 14, que no mínimo 30% dos repasses do FNDE aos Estados, Municípios e Distrito Federal, devem ser investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar ou suas organizações (cooperativas e associações), priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas (BRASIL, 2009).

Entretanto, a promulgação de uma lei não é o suficiente para garantir que a política pública seja implementada e que seus objetivos sejam alcançados de maneira eficiente. No caso do PNAE, pesquisas e atividades extensionistas no Oeste do Pará, constatam a oscilação das compras dos percentuais mínimos de 30%; baixíssima (quase inexistente) participação do público prioritário no acesso ao programa; e conseqüentemente uma precária qualidade nutricional da alimentação escolar ofertada, sendo muito comum na região a oferta de alimentos ultra processados, enlatados, sucos de xarope, entre outros que além de danosos à saúde das crianças e adolescentes interferem negativamente na manutenção da cultura alimentar.

No propósito de garantir o cumprimento da Lei nº 11.947/2009 e principalmente garantir o acesso das populações tradicionais e originárias no programa, foi instituída em 2016 no estado do Amazonas a Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (CATRAPOA), coordenado pelo Ministério Público do Estado do estado, que articulava instituições dos governos federal, estadual e municipal, movimentos e lideranças indígenas, das comunidades tradicionais e organizações da sociedade civil. O sucesso da iniciativa no estado do Amazonas inspirou a criação em 2021 de uma Mesa Permanente de Diálogo em âmbito nacional, denominada CATRAPOVOS, instituída por meio da Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal (MPF-6CCR) no intuito de replicar as boas práticas da CATRAPOA, discutindo ações e medidas voltadas para

viabilizar a compra, pelo poder público, de itens produzidos diretamente pelas comunidades tradicionais para a alimentação escolar.

Fruto dos desdobramentos da CATRAPOVOS, firmou-se em novembro/2022, uma parceria do Ministério Público do Estado do Pará (MP Pará), WWF-Brasil e Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), no objetivo de fortalecer a atuação da CATRAPOVOS Pará, com foco prioritário em parte da região do Tapajós, nos municípios de Santarém, Belterra, Mojuí dos Campos, Itaituba, e Jacareacanga, para que os entes públicos cumpram a recomendação nº03/2021 – MPPA, a qual amplia o entendimento da Nota Técnica nº 01/2017/ADAF/SFA-AM/MPF-AM do Amazonas para todos os povos e comunidades tradicionais do Brasil.

Por meio da pesquisa-ação, observou-se na região supra mencionada um alto potencial produtivo das populações da agricultura familiar, extrativista, originária, tradicional, porém alguns fatores dificultavam o acesso ao PNAE: falta de conhecimento por parte das populações da agricultura familiar, como também pelos representantes do poder público; e dificuldades logísticas, como distância entre os locais produtores e as escolas, fragilidade na emissão da documentação a exemplo da Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP), dentre outros. Face ao exposto o projeto de extensão, estabeleceu como estratégias o fortalecimento do capital social de todos os atores envolvidos no processo; articulação interorganizacional entre governo, entidades da sociedade civil, universidade e agricultores familiares; e disseminação de conhecimento, com acompanhamento sistemático dos atores envolvidos.

O projeto de extensão tem como principal método a incubação de empreendimentos solidários. A incubação assemelha-se à pesquisa-ação, que é um tipo de pesquisa social com base empírica concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 2005) aliada a processos de educação popular (FREIRE, 1987).

Nessa direção firmaram-se parcerias com as entidades representativas de Santarém: Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores Agricultoras Familiares (STTR Santarém), Belterra: Associação indígena Widaporo de Braganca (AIWB); Mojuí dos Campos: Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR Mojuí dos Campos); Itaituba: Associação Aiparirip Munduruku; e em Jacareacanga: Associação Arikico Munduruku. E a seguir serão descritas as principais metas e atividades previstas e/ou em curso do projeto. Ressaltando que elas acontecem simultaneamente nos 5 municípios, em consonância e diálogo com os atores envolvidos.

Capacitação de agricultores familiares, quilombolas, ribeirinhos e indígenas sobre o PNAE nos 5 municípios com enfoque para os grupos de indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária. Esta ação tem sido realizada em parceria com as entidades representativas de cada um dos municípios. Realizaram-se ainda nesses encontros um levantamento do calendário produtivo dos agricultores presentes, com a intenção de enumerar o que eles possuem de excedente para ofertar à alimentação escolar e em que período do ano; por fim, foi realizado de forma participativa uma roda de diálogo na intenção de conhecer as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças - Matriz FOFA - apontadas pelo grupo que interferem na sua participação no PNAE.

Visando a atualização das informações e principalmente o alinhamento-aproximação entre os variados atores que compõem a política pública do PNAE, o projeto está executando

ações de **capacitação com nutricionistas, merendeiras, conselho de alimentação escolar, departamento de alimentação escolar, departamento de licitação e administrativos**, nos 5 municípios.

Uma terceira frente de ação do projeto é **capacitar gestores públicos dos municípios**, orientando-lhes sobre o processo orçamentário anual disponibilizado pelo FNDE para o Pnae e sobre o repasse dos recursos que são calculados com base no Censo Escolar do ano anterior, com valores estabelecidos por dia letivo para cada aluno, de acordo com a etapa e modalidade de ensino.

Em paralelo à realização das oficinas, também priorizou a **articulação com alguns atores estratégicos** para que o objetivo proposto seja alcançado, sendo eles: Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Icmbio, Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai, STTRs, o foco principal era somar esforços e contribuir para que os agricultores familiares da região consigam transpor as barreiras burocráticas de acesso ao Pnae, sobretudo relativo à concessão de atualização de DAPs e CAFs. A exemplo de Belterra e Jacareacanga, a Emater dos respectivos municípios foram *in locu* nas aldeias participantes para emitirem o CAF.

Concomitantemente a equipe do projeto tem realizado **assessoria às secretarias municipais na elaboração dos editais de chamada pública** regular ou especial, sobretudo no fornecimento dos dados relativos ao levantamento do calendário produtivo dos agricultores familiares que participam das oficinas, pois segundo o relato dos representantes da secretaria de educação, uma das principais dificuldades de abranger a agricultura familiar no PNAE era o completo desconhecimento de suas capacidades produtivas, ou seja, o que eles produzem e em que período do ano podem entregar. E conforme os editais estão sendo lançados, a equipe do projeto auxilia as entidades representativas a organizar os agricultores interessados para concorrer à chamada, elaborar seu plano de vendas, e orientar sobre todas as etapas seguintes do rito burocrático (emissão de notas, entregas dos produtos, controle da qualidade, pagamentos, dentre outros).

Foram realizadas nos 5 municípios, por meio das parcerias com as entidades representativas, capacitações formativas sobre o PNAE com mais de 250 agricultores familiares dos seguintes territórios: Quilombo Saracura, Nova Vista do Ituí e São Raimundo, Quilombo do Tiningu, Quilombo do Murumuru, Murumurutuba e Pérola do Maicá, PAE Lago Grande, Resex Tapajós, Assentamentos Curua-Una, Ituí, Aldeia Açaizal, Aldeia Cavada, PA Moju, Aldeia Bragança, Aldeia Waro Apompo, Aldeias Poxo Muiybu, Karo Muiybu, Daje Karap, Sawre ba'aj, Datie Bi'aj, comunidade de São Luís do Tapajós, e Pedra Branca.

Diante das formações, fica notório que quase a totalidade dos participantes nunca tinham acessado o PNAE e desconhecimento sobre o passo a passo para participação do rito burocrático. Com a aplicação da matriz FOFA, os agricultores apresentaram como principais forças e oportunidades o excedente de alimentos que poderiam ser ofertados ao programa, a forte articulação com suas entidades representativas e a motivação para fornecer alimentos ao governo e assim contribuir no aprimoramento da política pública e na melhoria da alimentação escolar das crianças e jovens de suas comunidades. E como fraquezas e ameaças eles pontuaram o desconhecimento das regras do programa, a frágil articulação com o poder público municipal, precária assistência técnica produtiva, logísticas precárias, o avanço dos grandes projetos monocultores na região, dentre outros.

Municipiados de informações do público alvo (indígenas, quilombolas, assentados de reforma agrária e ribeirinhos), o projeto avançou nos 5 municípios com formações direcionadas aos departamentos de alimentação escolar, setor administrativo/licitação, conselho de alimentação escolar, com finalidade de aprimorar a articulação entre os atores e o fluxo operacional: desde a preparação da chamada pública, envolvimento com os agricultores familiares e acompanhamento da execução. A exemplo deste aprimoramento, destaca-se o município de Itaituba que está construindo uma chamada pública especial do PNAE para o 2º semestre de 2023, direcionado aos indígenas, ribeirinhos, assentados da reforma agrária.

Como resultado parcial dessas ações conjugadas, destaca-se o município de Mojuí dos Campos, onde a partir do projeto - o grupo informal de 5 assentados da reforma agrária do PA Mojú, acessou pela primeira vez, um contrato de R\$164.264,00 via PNAE, inserindo uma diversidade de produtos da agricultura familiar na alimentação escolar: abacaxi, alface, banana, cará, farinha de mandioca, maxixe, melancia, etc. Para se chegar nessa conquista, teve-se desde a formação dos agricultores, emissão de documentação da CAF via STTR, lapidação do fluxo operacional com a nutricionista, secretaria de educação, administrativo/licitação, formação com o Conselho de Alimentação Escolar, elaboração do plano de venda e preparação da documentação para concorrência do grupo, amostra dos produtos, assinatura dos contratos.

Por fim, mesmo com os desafios encontrados, os resultados parciais demonstram que a CATRAPOVOS Pará, especialmente nos municípios participantes do projeto avançam no fortalecimento do capital social dos atores envolvidos no processo, especialmente com articulação interorganizacional entre governo, entidades da sociedade civil, universidade e agricultores familiares, indo ao encontro da recomendação nº03/2021 – MPPA.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Veruska Prado; GOMES, Luciana de Oliveira Froes; SILVA, Simoni Urbano da; ALMEIDA, Géssica Mércia; MARTINS, Karine Anusca; MONEGO, Estelamaris Tronco; SOUZA, Luciene Maria de; CAMPOS, Maria Raquel Hidalgo. **Do campo à escola: compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar em Territórios da Cidadania de Goiás.** Segur. Aliment. e Nutr., Campinas, v.23, n.esp., p.1049-1064, dez. 2016.,,

BARBOSA, M.J. **Relatório Analítico do Território do Baixo Amazonas – Pará, Belém**, 2012

SOUSA, V. L.B, Ribeiro, E. da S., Souza, E. da S., & Azerêdo, R. F. **Interfaces entre o PNAE, capital social e o fortalecimento da agricultura familiar no quilombo do Pacoval/Alenquer-Pará.** NAU Social, 13(24), 923–936. 2022.

CRUZ, Suely Ferreira da. **Desafios e contribuições do PNAE em três organizações da agricultura familiar no Território Sul Litorâneo do Espírito Santo.** Dissertação da Universidade Federal de Lavras. 2017.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades.** Curitiba, Dissertação de Mestrado, UFRP, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IMAZON, **Calha Norte Sustentável**: situação atual e perspectivas, 2013

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ - Recomendação N°3 2021

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

Fortalecimento da Catrapovos Pará no Tapajós: a extensão universitária atuando na promoção da segurança alimentar, sociobiodiversidade e geração de renda

Claudiana Sousa Lírio
Júlia Maria Paiva Costa
Giselle Alves Silva
Andressa Caroline de Resende Neves
Herena Neves Maués Corrêa de Melo
Raoni Fernandes Azeredo

Palavras-chave: Catrapovos. Alimentação Escolar. Agricultura Familiar. Comunidades Tradicionais e Indígenas.

Criado no ano de 1955, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é a política pública brasileira mais antiga voltada para a alimentação escolar no país. Financiado em parte com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o PNAE tem como objetivos a formação de hábitos alimentares, a melhoria na aprendizagem e rendimento escolar, a contribuição para o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, apoiar o desenvolvimento sustentável, contribuir para a geração de emprego e renda e na redução do índice de evasão escolar.

Ao longo dos anos, mudanças importantes foram incorporadas na execução do PNAE, necessárias ao seu aperfeiçoamento, tendo destaque a Lei nº 11.947/2009 que inovou ao estabelecer em seu artigo 14, que no mínimo 30% dos repasses do FNDE aos Estados, Municípios e Distrito Federal, devem ser investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar ou suas organizações (cooperativas e associações), priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas (BRASIL, 2009).

Entretanto, a promulgação de uma lei não é o suficiente para garantir que a política pública seja implementada e que seus objetivos sejam alcançados de maneira eficiente. No caso do PNAE, pesquisas e atividades extensionistas no Oeste do Pará, constatam a oscilação das compras dos percentuais mínimos de 30%; baixíssima (quase inexistente) participação do público prioritário no acesso ao programa; e conseqüentemente uma precária qualidade nutricional da alimentação escolar ofertada, sendo muito comum na região a oferta de alimentos ultra processados, enlatados, sucos de xarope, entre outros que além de danosos à saúde das crianças e adolescentes interferem negativamente na manutenção da cultura alimentar.

No propósito de garantir o cumprimento da Lei nº 11.947/2009 e principalmente garantir o acesso das populações tradicionais e originárias no programa, foi instituída em 2016 no estado do Amazonas a Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (CATRAPOA), coordenado pelo Ministério Público do Estado do estado, que articulava instituições dos governos federal, estadual e municipal, movimentos e lideranças indígenas, das comunidades tradicionais e organizações da sociedade civil. O sucesso da iniciativa no estado do Amazonas inspirou a criação em 2021 de uma Mesa Permanente de Diálogo em âmbito nacional, denominada CATRAPOVOS, instituída por meio da Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal (MPF-6CCR) no intuito de replicar as boas práticas da CATRAPOA, discutindo ações e medidas voltadas para

viabilizar a compra, pelo poder público, de itens produzidos diretamente pelas comunidades tradicionais para a alimentação escolar.

Fruto dos desdobramentos da CATRAPOVOS, firmou-se em novembro/2022, uma parceria do Ministério Público do Estado do Pará (MP Pará), WWF-Brasil e Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), no objetivo de fortalecer a atuação da CATRAPOVOS Pará, com foco prioritário em parte da região do Tapajós, nos municípios de Santarém, Belterra, Mojuí dos Campos, Itaituba, e Jacareacanga, para que os entes públicos cumpram a recomendação nº03/2021 – MPPA, a qual amplia o entendimento da Nota Técnica nº 01/2017/ADAF/SFA-AM/MPF-AM do Amazonas para todos os povos e comunidades tradicionais do Brasil.

Por meio da pesquisa-ação, observou-se na região supra mencionada um alto potencial produtivo das populações da agricultura familiar, extrativista, originária, tradicional, porém alguns fatores dificultavam o acesso ao PNAE: falta de conhecimento por parte das populações da agricultura familiar, como também pelos representantes do poder público; e dificuldades logísticas, como distância entre os locais produtores e as escolas, fragilidade na emissão da documentação a exemplo da Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP), dentre outros. Face ao exposto o projeto de extensão, estabeleceu como estratégias o fortalecimento do capital social de todos os atores envolvidos no processo; articulação interorganizacional entre governo, entidades da sociedade civil, universidade e agricultores familiares; e disseminação de conhecimento, com acompanhamento sistemático dos atores envolvidos.

O projeto de extensão tem como principal método a incubação de empreendimentos solidários. A incubação assemelha-se à pesquisa-ação, que é um tipo de pesquisa social com base empírica concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 2005) aliada a processos de educação popular (FREIRE,1987).

Nessa direção firmaram-se parcerias com as entidades representativas de Santarém: Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores Agricultoras Familiares (STTR Santarém), Belterra: Associação indígena Widaporo de Braganca (AIWB); Mojuí dos Campos:, Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR Mojuí dos Campos); Itaituba: Associação Aiparirip Munduruku; e em Jacareacanga: Associação Arikico Munduruku. E a seguir serão descritas as principais metas e atividades previstas e/ou em curso do projeto. Ressaltando que elas acontecem simultaneamente nos 5 municípios, em consonância e diálogo com os atores envolvidos.

Capacitação de agricultores familiares, quilombolas, ribeirinhos e indígenas sobre o PNAE nos 5 municípios com enfoque para os grupos de indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária. Esta ação tem sido realizada em parceria com as entidades representativas de cada um dos municípios. Realizaram-se ainda nesses encontros um levantamento do calendário produtivo dos agricultores presentes, com a intenção de enumerar o que eles possuem de excedente para ofertar à alimentação escolar e em que período do ano; por fim, foi realizado de forma participativa uma roda de diálogo na intenção de conhecer as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças - Matriz FOFA - apontadas pelo grupo que interferem na sua participação no PNAE.

Visando a atualização das informações e principalmente o alinhamento-aproximação entre os variados atores que compõem a política pública do PNAE, o projeto está executando

ações de **capacitação com nutricionistas, merendeiras, conselho de alimentação escolar, departamento de alimentação escolar, departamento de licitação e administrativos**, nos 5 municípios.

Uma terceira frente de ação do projeto é **capacitar gestores públicos dos municípios**, orientando-lhes sobre o processo orçamentário anual disponibilizado pelo FNDE para o Pnae e sobre o repasse dos recursos que são calculados com base no Censo Escolar do ano anterior, com valores estabelecidos por dia letivo para cada aluno, de acordo com a etapa e modalidade de ensino.

Em paralelo à realização das oficinas, também priorizou a **articulação com alguns atores estratégicos** para que o objetivo proposto seja alcançado, sendo eles: Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Icmbio, Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai, STTRs, o foco principal era somar esforços e contribuir para que os agricultores familiares da região consigam transpor as barreiras burocráticas de acesso ao Pnae, sobretudo relativo à concessão de atualização de DAPs e CAFs. A exemplo de Belterra e Jacareacanga, a Emater dos respectivos municípios foram *in locu* nas aldeias participantes para emitirem o CAF.

Concomitantemente a equipe do projeto tem realizado **assessoria às secretarias municipais na elaboração dos editais de chamada pública** regular ou especial, sobretudo no fornecimento dos dados relativos ao levantamento do calendário produtivo dos agricultores familiares que participam das oficinas, pois segundo o relato dos representantes da secretaria de educação, uma das principais dificuldades de abranger a agricultura familiar no PNAE era o completo desconhecimento de suas capacidades produtivas, ou seja, o que eles produzem e em que período do ano podem entregar. E conforme os editais estão sendo lançados, a equipe do projeto auxilia as entidades representativas a organizar os agricultores interessados para concorrer à chamada, elaborar seu plano de vendas, e orientar sobre todas as etapas seguintes do rito burocrático (emissão de notas, entregas dos produtos, controle da qualidade, pagamentos, dentre outros).

Foram realizadas nos 5 municípios, por meio das parcerias com as entidades representativas, capacitações formativas sobre o PNAE com mais de 250 agricultores familiares dos seguintes territórios: Quilombo Saracura, Nova Vista do Itiqui e São Raimundo, Quilombo do Tiningu, Quilombo do Murumuru, Murumurutuba e Pérola do Maicá, PAE Lago Grande, Resex Tapajós, Assentamentos Curua-Una, Itiqui, Aldeia Açaizal, Aldeia Cavada, PA Moju, Aldeia Bragança, Aldeia Waro Apompo, Aldeias Poxo Muybu, Karo Muybu, Daje Karap, Sawre ba'aj, Datie Bi'aj, comunidade de São Luís do Tapajós, e Pedra Branca.

Diante das formações, fica notório que quase a totalidade dos participantes nunca tinham acessado o PNAE e desconhecimento sobre o passo a passo para participação do rito burocrático. Com a aplicação da matriz FOFA, os agricultores apresentaram como principais forças e oportunidades o excedente de alimentos que poderiam ser ofertados ao programa, a forte articulação com suas entidades representativas e a motivação para fornecer alimentos ao governo e assim contribuir no aprimoramento da política pública e na melhoria da alimentação escolar das crianças e jovens de suas comunidades. E como fraquezas e ameaças eles pontuaram o desconhecimento das regras do programa, a frágil articulação com o poder público municipal, precária assistência técnica produtiva, logísticas precárias, o avanço dos grandes projetos monocultores na região, dentre outros.

Municipiados de informações do público alvo (indígenas, quilombolas, assentados de reforma agrária e ribeirinhos), o projeto avançou nos 5 municípios com formações direcionadas aos departamentos de alimentação escolar, setor administrativo/licitação, conselho de alimentação escolar, com finalidade de aprimorar a articulação entre os atores e o fluxo operacional: desde a preparação da chamada pública, envolvimento com os agricultores familiares e acompanhamento da execução. A exemplo deste aprimoramento, destaca-se o município de Itaituba que está construindo uma chamada pública especial do PNAE para o 2º semestre de 2023, direcionado aos indígenas, ribeirinhos, assentados da reforma agrária.

Como resultado parcial dessas ações conjugadas, destaca-se o município de Mojuí dos Campos, onde a partir do projeto - o grupo informal de 5 assentados da reforma agrária do PA Mojú, acessou pela primeira vez, um contrato de R\$164.264,00 via PNAE, inserindo uma diversidade de produtos da agricultura familiar na alimentação escolar: abacaxi, alface, banana, cará, farinha de mandioca, maxixe, melancia, etc. Para se chegar nessa conquista, teve-se desde a formação dos agricultores, emissão de documentação da CAF via STTR, lapidação do fluxo operacional com a nutricionista, secretaria de educação, administrativo/licitação, formação com o Conselho de Alimentação Escolar, elaboração do plano de venda e preparação da documentação para concorrência do grupo, amostra dos produtos, assinatura dos contratos.

Por fim, mesmo com os desafios encontrados, os resultados parciais demonstram que a CATRAPOVOS Pará, especialmente nos municípios participantes do projeto avançam no fortalecimento do capital social dos atores envolvidos no processo, especialmente com articulação interorganizacional entre governo, entidades da sociedade civil, universidade e agricultores familiares, indo ao encontro da recomendação nº03/2021 – MPPA.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Veruska Prado; GOMES, Luciana de Oliveira Froes; SILVA, Simoni Urbano da; ALMEIDA, Géssica Mércia; MARTINS, Karine Anusca; MONEGO, Estelamaris Tronco; SOUZA, Luciene Maria de; CAMPOS, Maria Raquel Hidalgo. **Do campo à escola: compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar em Territórios da Cidadania de Goiás.** Segur. Aliment. e Nutr., Campinas, v.23, n.esp., p.1049-1064, dez. 2016.,,

BARBOSA, M.J. **Relatório Analítico do Território do Baixo Amazonas – Pará, Belém**, 2012

SOUSA, V. L.B, Ribeiro, E. da S., Souza, E. da S., & Azerêdo, R. F. **Interfaces entre o PNAE, capital social e o fortalecimento da agricultura familiar no quilombo do Pacoval/Alenquer-Pará.** NAU Social, 13(24), 923–936. 2022.

CRUZ, Suely Ferreira da. **Desafios e contribuições do PNAE em três organizações da agricultura familiar no Território Sul Litorâneo do Espírito Santo.** Dissertação da Universidade Federal de Lavras. 2017.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades.** Curitiba, Dissertação de Mestrado, UFRP, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IMAZON, **Calha Norte Sustentável**: situação atual e perspectivas, 2013

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ - Recomendação N°3 2021

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.